15-07-2015

ATA Nº. 14/2015**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA QUINZE DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E
QUINZE.** -----

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Faltou à reunião o Sr. Presidente da Câmara, por se encontrar em representação do Município na CCDRC, conforme indicação prestada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade justificar a respetiva falta. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente em Exercício, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 139, do dia catorze de junho do ano de dois mil e quinze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 895.237,72 (oitocentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e sete euros e setenta e dois cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 743.248,84 (setecentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 13 da reunião ordinária realizada no dia um de julho do ano de dois mil e quinze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

15-07-2015

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

Não participou nesta votação o Sr. Vereador Pedro Martins por não ter estado presente na reunião a que respeita a ata, cfr n.º 3 do art. 34 do NCPA. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

DIVERSOS. -----

FESTIVAL DO BACALHAU 2015 – INTERDIÇÃO DE VENDEDORES AMBULANTES – JARDIM OUDINOT E ESPAÇOS ADJACENTES ATÉ 500 METROS – DESPACHO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o seguinte despacho elaborado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

1) Vai decorrer de 12 a 16 de agosto o “Festival do Bacalhau”, enquadrado no evento “Mar Agosto”, Festival este que alcançou já um grande sucesso com uma adesão popular que extravasa em muito o Município de Ílhavo; -----

2) Nesta edição se pretende manter este “Festival” como marca distintiva do Município enquanto “Capital Portuguesa do Bacalhau”; -----

3) Ontem mesmo decorreu uma hasta pública para a atribuição de lugares de venda ambulante neste e para este Festival; -----

4) Consequentemente e nos pressupostos daquela mesma Hasta Pública, importa disciplinar a presença dos vendedores ambulantes; -----

5) De igual modo importa assegurar uma melhor circulação não só automóvel como pedonal nas imediações do espaço onde decorre o evento, a fim de evitar queixas por parte dos transeuntes e por razões de segurança, face às expetativas de ainda uma maior afluência de pessoas ao citado evento. -----

Determino, nos termos dos considerandos acima referenciados, e ainda para cumprimento do definido na alínea b) do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento da Venda Ambulante da Câmara Municipal de Ílhavo, publicitado por Edital, datado de 17 de abril de 2012, que: -----

a) Fica interdita entre as 00,00 horas do dia 12 e as 24.00 horas do dia 16 de agosto, período em que decorre o Festival do Bacalhau, a venda ambulante no Jardim Oudinot, no espaço dedicado ao citado evento e até 500 metros, designadamente na área do Forte da Barra e na Av.ª José Estevão, bem como nas vias de acesso ao Porto de Pesca Costeira e “Bresford”,

15-07-2015

de acordo com a planta anexa que faz parte integrante deste despacho, com exceção daqueles vendedores ambulantes a quem foi atribuído um espaço na sequência da referida Hasta Pública. -----

b) Publicite-se pelos meios tradicionais e comunique-se às Forças Policiais. -----

c) À Câmara Municipal para conhecimento. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

10.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL. -----

**REVISÃO DA REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL – INÍCIO DO PROCEDIMENTO
– PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. a premente necessidade de revisão regulamentar sentida no Município, fruto da profunda e recente alteração legislativa com reflexo nas atribuições e gestão municipais, nomeadamente, o Novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o Novo Código de Procedimento Administrativo, o Novo Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, o Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o Novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (incluindo Alojamento Local), o Sistema de Indústria Responsável e o Novo Regime Jurídico da Reabilitação, -----

2. o ininterrupto desenvolvimento do Concelho que sobre ele impõe um olhar atento, contínuo e permanente por parte das instituições municipais e que deve ser acompanhado por uma rápida capacidade de adaptação destas, de forma a serem, simultaneamente, molas impulsionadoras e garante de conformidade e segurança, -----

3. o princípio da boa administração, que impele o Município a prosseguir continuamente mais eficiência, economicidade e celeridade e a organizar-se de forma não burocratizada e de modo a aproximar os serviços das populações, -----

4. que os regulamentos municipais são um instrumento privilegiado para incentivar o desenvolvimento local, devendo ser usados como ferramenta para redução dos chamados

15-07-2015

“*Custos de Contexto*” da atividade económica, os quais, por definição, não são imputáveis aos agentes investidores, podendo ter origem em atividade administrativa que, por isso, carece de melhoria contínua, -----

5. que as presentes circunstâncias se revelam como a oportunidade para, a par da atualização em função da nova legislação, conferir simplicidade, coerência gráfica e semântica e uniformização do núcleo essencial das disposições comuns transversais às várias matérias da competência regulamentar do Município, -----

6. que pelo Gabinete de Controlo Interno desta autarquia foi efetuada a inventariação dos regulamentos atualmente vigentes, -----

7. que importa envolver os serviços e a estrutura da autarquia neste processo de revisão regulamentar reconhecendo o valor insubstituível dos seus contributos chamando-os a participar com fundadas reflexões, quer no início, quer antes da versão final que vier a produzir-se e a propor aos órgãos municipais competentes, -----

8. que, em complemento dos contributos dos serviços municipais se mostra pertinente obter um “olhar exterior” dirigido à realidade regulamentar municipal, permitindo também trazer à discussão aspetos que naturalmente passam despercebidos a quem com eles lida diariamente e ainda refletir sobre a pertinência de novas práticas já com provas dadas noutros municípios, -----

9. que, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Novo Código de Procedimento Administrativo, *o início do procedimento é publicitado na Internet no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento,*

10. que, igualmente nos termos do Novo Código do Procedimento Administrativo (cfr. artigo 100.º, n.º.1), é necessário nomear um responsável pela direção do procedimento, a quem competirá, *in casu* e atendendo à natureza da revisão regulamentar em causa, submeter os projetos de regulamentos a consulta pública, -----

Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

15-07-2015

1. aprovar o início do procedimento de revisão regulamentar do Município de Ílhavo, que terá como objeto a consagração das disposições regulamentares com eficácia externa no Município de Ílhavo nos seguintes domínios: -----

- a) Ação social -----
- b) Ambiente e Salubridade -----
- c) Apoios municipais -----
- d) Atividade económica -----
- e) Distinções -----
- f) Educação -----
- g) Espaço Público -----
- h) Equipamentos Municipais -----
- i) Fiscalização e Contraordenações -----
- j) Taxas e Preços -----
- k) Urbanismo -----
- l) Organização Interna -----

2. que os interessados se poderão constituir como tal e apresentar os seus contributos através de comunicação para o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, para um dos seguintes endereços: -----

- Câmara Municipal de Ílhavo (ao cuidado da Comissão Interna de Revisão Regulamentar) sita na Avenida 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo-Portugal -----

ou -----

- e –mail: regulamentos@cm-ilhavo.pt -----

3. aprovar a seguinte composição da comissão interna da Câmara Municipal de Ílhavo a quem caberá a responsabilidade pela direção e o acompanhamento do procedimento e, por inerência (*in casu* e atendendo à natureza da revisão regulamentar em causa) a submissão dos projetos de regulamento a consulta pública: -----

- *Dr. Rui Dias* -----
- *Dra. Maria da Luz Granjeira* -----
- *Dra. Sara Panela* -----
- *Dra. Sílvia Pedro* -----

15-07-2015

4. que o procedimento ora iniciado seja publicitado na página da Internet da Câmara Municipal de Ílhavo, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Novo Código de Procedimento Administrativo. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

13.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PARECER PRÉVIO E RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA (VÁRIOS) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

2- As informações em anexo, dos respetivos dirigentes/responsáveis, sobre a necessidade de renovação dos contratos dos colaboradores Ângela Sarmiento, Catarina Nascimento, Maria Cristina Costa, Nuno Pinho, Sara Salvador, Vasco Cardoso e Vítor Lopes. -----

3- O importante trabalho que o Prof. José Manuel Sousa Batista tem vindo a desenvolver enquanto gestor da área de desporto do Município de Ílhavo e Professor/Coordenador da Atividade Física e Desportiva no 1º ciclo do ensino básico, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular. -----

Que a gestão dos diversos equipamentos e projetos desportivos do Município, atenta a sua multiplicidade de ações e projetos, em muitos casos desenvolvidos em horários pós-laboral e aos fins-de-semana, não se compadece com a figura da contratação por tempo indeterminado ou determinado, quer pela dificuldade em se especificar o trabalho a desenvolver quer pela disponibilidade horária e independência hierárquica que exige. -----

4- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para as renovações em causa, nomeadamente: -----

4.1- Os contratados tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -

15-07-2015

4.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

4.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----

4.4- A Câmara Municipal não tem conhecimento de que existam trabalhadores em situação de requalificação no âmbito da CIRA. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

a) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

b) Consequentemente proceda à renovação do contrato dos referidos prestadores de serviços, com as alterações propostas; -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

13.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. -----

Na votação da presente proposta, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista abstiveram-se, tendo os demais Membros da Câmara votado favoravelmente. -----

**REAFETAÇÃO DA ASSISTENTE TÉCNICA (TERESA TOPETE) AO GAJNEF –
DESPACHO – TOMADA DE CONHECIMENTO.** -----

Presente o despacho supra, datado de 12.junho.2015, elaborado pelo Sr. Presidente da Câmara, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta que a Assistente Técnica, Teresa Topete, foi reafetada ao GAJNEF, proveniente da DPUP. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

APROVISIONAMENTO. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÕES PUBLICITÁRIAS – RATIFICAÇÃO. -----

Presentes as seguintes duas Ordens de Pagamento, autorizadas pelo Sr. Presidente da Câmara:

- Com o n.º 2711, datada de 30.junho.2015, no valor de 246.00 € referente a “publicidade ¼ página – XV Grande Pedalada” – inserta em “Diaveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda”. ----

15-07-2015

- Com o n.º 2712, datada de 30.junho.2015, no valor de 346.09 € referente a “Edital – Festival do Bacalhau 2015” – inserta em “Diaveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda”. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

LOTES B3 E B4 DA ZONA INDUSTRIAL DA MOTA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

- a) na sua reunião de 17 de Julho de 2013, a Câmara Municipal de Ílhavo deliberou atribuir à sociedade SAN ANDRES DE NEGOCIOS os lotes B3 e B4 da Zona Industrial da Mota, pelo preço individual de 62.475,00€, -----
- b) até ao momento aquela empresa efectuou o pagamento do valor correspondente a 10% de cada um daqueles lotes nos termos previstos no nº 1 do artº 10º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no apêndice nº 106, ao Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003; -----
- c) sucede que, nos termos do disposto no nº 2 do artº 6º do dito Regulamento o(s) contrato(s) promessa de compra e venda deveriam ser celebrado(s) no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da deliberação que aprovou a atribuição do(s) lote(s) ao candidato, devendo nessa data ser paga a importância correspondente a 40% do preço do(s) lote(s); -----
- d) sendo que, ainda de acordo com aquela norma, a escritura de compra e venda dos lotes, deveria ter tido lugar no prazo de 90 dias a contar da celebração do contrato promessa, devendo a totalidade do preço encontrar-se paga nessa data; -----
- e) o não cumprimento dos prazos previstos nos nº 1, 2 e 3 do referido artigo 6º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), por razões imputáveis ao adquirente, confere à Câmara Municipal o direito de revogar a deliberação de atribuir o lote ao candidato faltoso e atribuir o lote em causa ao candidato colocado no primeiro lugar suplente elegível para esse efeito, caso exista; -----
- f) por ser assim, a Câmara Municipal de Ílhavo insistiu por diversas vezes com a SAN ANDRÉS DE NEGÓCIOS, no sentido de nos habilitar com os documentos necessários à instrução das referidas escrituras; -----

15-07-2015

g) em 10SET2013 a SAN ANDRES DE NEGOCIOS pediu autorização à Câmara Municipal de Ílhavo para pagar o valor remanescente da seguinte forma: -----

- i. 12.495,00€ate 20OUT2013 -----
- ii. 12.495,00€ate 20NOV2013 -----
- iii. 87.465,00€ate 30DEZ2013 -----

o que veio a ser autorizado pelo (então) Presidente Ribau Esteves; -----

h) acontece que a dita sociedade não pagou nem a primeira nem a segunda das referidas prestações, pelo que lhes foi enviado um e.mail a solicitar esclarecimentos e a regularização desta situação; -----

i) em resposta, e em 12DEZ2013 veio aquela sociedade solicitar à Câmara Municipal de Ílhavo lhes permitisse proceder ao pagamento dos lotes adquiridos da seguinte forma: -----

- i. até ao dia 23 de Dezembro a quantia de 12.495€(doze mil quatrocentos e noventa e cinco euros); -----
- ii. até ao dia 27 de Dezembro a quantia de 12.495€(doze mil quatrocentos e noventa e cinco euros); -----

j) tendo, nessa altura, solicitado ainda que a realização de escritura de compra e venda fosse efetuada durante o mês de Janeiro de 2014, visto que as pessoas que obrigam a sociedade não se encontravam na Península Ibérica, estando prevista a sua chegada para o mês de Janeiro; -----

k) A SAN ANDRES DE NEGÓCIOS também não cumpriu esta proposta; -----

l) E, apesar de regularmente informar a Câmara Municipal de Ílhavo sobre a tramitação dos processos que a têm impedido de celebrar as referidas escrituras, nomeadamente do contencioso pendente com a Caixa Económica do Montepio Geral (veja-se, a título de exemplo, o extenso dossier em anexo), a verdade é que a referida sociedade ainda não logrou consumir o(s) negócio(s) a que está contratualmente obrigada, quase dois anos passados sobre a atribuição dos referidos lotes; -----

m) por estarem cativos do cumprimento das nossas obrigações de celebrar as competentes escrituras de compra e venda, os referidos lotes B3 e B4 estão, na prática, fora do comércio jurídico e a Câmara Municipal inibida de os transaccionar, quando o mercado da procura se anima, de novo, em torno da Zona Industrial da Mota; -----

15-07-2015

Proponho: -----

1. que, nos termos e para os efeitos previstos nos nº 1, 2 e 3 do referido artigo 6º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), a Câmara Municipal revogue a sua deliberação de 17JUL2013, nos termos da qual atribuiu à sociedade SAN ANDRÉS DE NEGÓCIOS os lotes B3 e B4 da Zona Industrial da Mota; -----

2. que, nos termos e para o efeitos previstos no artº 55º/2 do novo CPA se designe para dirigir o procedimento a senhora dra. Maria da Luz Grangeia, jurista do GAJNEF; -----

3. que, nos termos dos artigos 60º e 61º do CPA, e uma vez que a comunicação entre a CMI e o interessado se tem feito normalmente por meios eletrónicos, se continue a usar os endereços eletrónicos geral@sandengocios.com ou sala@sandengocios.com da SAN ANDRES DE NEGOCIOS para assegurar a comunicação com esta empresa; -----

4. que, nos termos e para os efeitos previstos nos arts. 121º e 122º do CPA seja concedido a SAN ANDRÉS DE NEGOCIOS o prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação para se pronunciar, querendo, sobre a intenção da Câmara Municipal de Ílhavo de proceder a revogação da deliberação de 17JUL2015 que atribuiu aquela sociedade os lotes B3 e B4 da Zona Industrial da Mota, podendo, para o efeito usar o endereço eletrónico: geralcmi@cm-ilhavo.pt. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

02.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA “E.B. 2.3 – JOSÉ FERREIRA PINTO BASTO – SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS” – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha (servindo de Oficial Público), datada de 29.junho.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em título, a celebrar com a firma: Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda, pelo valor de 147.985,05 € (cento e quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos). -----

15-07-2015

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 17.junho.2015. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a presente minuta de contrato. Enviar à próxima reunião de Câmara para ratificação. 30.junho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

FESTIVAL DO BACALHAU 2015 – VALORES DE INGRESSO PARA AS INICIATIVAS A BORDO DO NAVIO MUSEU SANTO ANDRÉ - INFORMAÇÃO. ---

Presente a informação supra, elaborada pela membro da Unidade de Direção do MMI, Paula Ribeiro, datada de 09.julho.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere, que no âmbito da organização do Festival referenciado em título, as entradas naquele Navio-Museu, bem como nas designadas “Noites no Porão”, necessitem da apresentação de bilhete de ingresso no valor de um (1) euro e três (3) euros, respetivamente, ficando neste período de tempo prejudicadas as reduções previstas no Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo, Ao Sr. Presidente da Câmara. -----
13.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os valores nos termos da presente informação. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

DESTAQUE DE PARCELA. -----

- Presente o processo registado com o n.º 9653, Pº 153/15, em 09.julho.2015, respeitante ao Município de Ílhavo, com sede na Av.^a 25 de abril, Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Vereador do Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2015/07/09 9653/15 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos

15-07-2015

Ré, está datado de 11.julho.2015, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

LOTEAMENTOS. -----

Presentes os seguintes três (3) processos: -----

1 - O registado com o n.º 6591, Pº 613/02, em 19.maio.2015, respeitante a Damião Carlos Sousa Silva, residente na Av.ª Dr. Lourenço Peixinho, n.º 173, sala G, Vera Cruz, Aveiro. ----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Vereador do Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2015/07/06 6591/15 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 07.julho.2015, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

2 - O registado com o n.º 6409, Pº 38/03, em 15.maio.2015, respeitante a Jorge Emanuel Ramalho da Fonseca, residente na Rua da Medela, n.º 23, Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Vereador do Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2015/07/06 6409/15 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 07.julho.2015, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

3 - O registado com o n.º 8860, Pº 358/14, em 26.junho.2015, respeitante a Mário Afonso Lopes Pinto Reis, residente na Rua de Vagos, n.º 48, 2ª Dtº, Glória, Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Vereador do Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2015/07/06 8860/15 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 07.julho.2015, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

15-07-2015

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

Presentes os seguintes três (3) processos, dos quais se destacam as informações da responsabilidade da Chefe da DOIA, Paula Oliveira: -----

1 - “ARRANJOS URBANÍSTICOS NO MUNICÍPIO – REFORMULAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES À REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE ÍLHAVO” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 07.julho.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, à firma: “SRTC – Construções, Lda”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

2 - “BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS NO CONCELHO” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 08.julho.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, à firma: “SRTC – Construções, Lda”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

3 - “SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SETE (7) SANITÁRIOS PÚBLICOS NAS PRAIAS DA BARRA E COSTA NOVA, NO PERÍODO BALNEAR – 01 DE JUNHO A 30 DE SETEMBRO ” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 07.julho.2015, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação de todas as cauções prestadas à firma: “Ferlimpa – Serviços de Limpeza, Lda”, uma vez que estão cumpridas todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas de libertação de garantias bancárias e restituição de reforços de caução. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----**CIDADANIA E IGUALDADE. -----****FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---**

15-07-2015

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos catorze munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 200 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Seis participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Sete participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Uma participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

15-07-2015

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e de Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por oito agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 198 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de **3.353,37 Euros**, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

15-07-2015

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
 CSPNSN – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e de Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por três agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 198 de 16/01/2015, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, no valor de **1.713,00 Euros**, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação.

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

15-07-2015

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) -
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA FREQUÊNCIA NO PROGRAMA DAS
FÉRIAS DIVERTIDAS – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea c) “Redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas”. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados: -----

- Uma redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas, para o valor único por semana de 7,50€, com uma durabilidade extensível a um programa, num período que compreende doze meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) -
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO INGRESSO OU FREQUÊNCIA NOS
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS OU CULTURAIS – PROPOSTA. -----**

15-07-2015

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea b) “Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais“. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexam. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Uma redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais, no equivalente aos descontos aplicados a crianças, jovens ou seniores, com uma durabilidade de doze meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

AÇÃO SEMANA DA MAIORIDADE/VIVER SOLIDÁRIO 2015 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1) Que se vai realizar de 14 a 20 de setembro a ação Semana da Maioridade/Viver Solidário 2015, especialmente dedicada aos munícipes com mais de 65 anos; -----

2) Que nessa ação, como um dos vários atrativos, se destacam as visitas/convívios a Chaves e Vila Real; Nazaré (visita ao Sítio da Nazaré e à Praia) com almoço convívio; e Vigo e Viana do Castelo; -----

15-07-2015

- 3) Que estas visitas são comparticipadas por quem nelas se inscreve; -----
- 4) Que, nos termos da Norma de Controlo Interno, os postos de cobrança diversos da Sub - unidade de Tesouraria carecem de deliberação da Câmara Municipal. -----
- Proponho, nos termos do despacho de delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara datado de 25OUT2013, que: -----
- a) Os locais de inscrição e cobrança e respetivo período sejam os seguintes: -----
- a. Câmara Municipal de Ílhavo, Juntas de Freguesia, Casa Alcibíades (Costa Nova) e Edifício de Serviços Públicos da Barra; -----
- b. Que o período de inscrições decorra de 10 a 19 de Agosto; -----
- b) Que a comparticipação efetuada pelos munícipes, atendendo aos custos suportados e à natureza também social do evento se cifre em 10 € (podendo ser de metade do preço para seniores com dificuldades económicas devidamente atestadas); -----
- c) Que seja nomeada a Dra. Cristina Teixeira, da Divisão de Ação Social e Saúde, responsável pelo Pelouro da Maioridade, como responsável pela boa cobrança e prestação de contas, que deverá ser efetuada até ao dia 20 de agosto, a qual acautelará com as diversas entidades intervenientes todos os mecanismos legais e necessários para a sua efetivação; -----
- d) Que a presente proposta seja aprovada em reunião de Câmara. -----
- O Vereador do Pelouro da Maioridade, -----
- Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
- 10.julho.2015". -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PARECER SOCIAL II, RELATIVO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE ÍLHAVO E A CERCIAV (TRABALHADORES OCUPACIONAIS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA). -----

Presente o Parecer supra, datado de 10.julho.2015, elaborado pela Chefe da DASS, Mónica Batista, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta da avaliação que foi feita ao trabalhador ocupacional Paulo J.C. Eugénio, realizada por dois elementos desta Câmara Municipal e um técnico da já citada instituição, ocorrida no pretérito dia 26.junho.2015, o que acarreta na necessidade de atribuir à CERCIAV uma retribuição mensal

15-07-2015

de 194,00€ a transitar para o trabalhador, somando o subsídio de refeição, com efeitos ao mês de Maio e que terá uma vigência até ao dia 12/04/2016. -----

Sobre o presente parecer, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vereador, Paulo Costa: -
“Concordo, Ao Sr. Presidente da Câmara. -----
13.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----

CAMPEONATO DE SKATE DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

1) O papel fundamental do desporto nos jovens como forma de expressar a sua liberdade, o seu estilo de vida, de conviver e partilhar experiências, de ocupar de forma saudável os seus tempos livres e de desenhar a sua identidade na sociedade. -----

2) A necessidade da criação de estímulos para fomentar tais hábitos apostando na dinamização de atividades da modalidade e na melhoria das condições com a reformulação / requalificação do Skate Park. -----

3) Os benefícios claros que a prática de skate traz para uma melhor consciência corporal, flexibilidade, coordenação motora, equilíbrio e concentração. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as Normas de Participação no Campeonato de Skate do Município de Ílhavo, que se encontram anexas à presente proposta. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

13.julho.2015”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

PRÉMIOS RELATIVOS AO “XII CONCURSO DE FOTOGRAFIA «OLHOS SOBRE O MAR» ” – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

15-07-2015

Presente a informação supra, datada de 10.julho.2015, elaborada pelo Sr. Vereador eng. Paulo Costa na qual está sintetizada a decisão do júri em premiar os trabalhos constantes da dita informação onde se encontram discriminados os candidatos a quem foram atribuídos prémios pela sua participação no evento referenciado em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

**ESPAÇOS CULTURAIS E LOJAS DE TURISMO MUNICIPAIS (PÚBLICOS) –
RELATÓRIO DO 1º SEMESTRE DE 2015 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----**

Presente a informação supra, s/data, elaborada pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se procede à análise dos públicos que acederam aos vários Espaços Culturais e Turísticos do Município de Ílhavo, durante os primeiros 6 meses do corrente ano, cuja listagem se encontra anexa à presente informação, e da mesma faz parte integrante. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente informação. -----

**LISTAGEM RELATIVA À DOAÇÃO DE LIVROS À BIBLIOTECA MUNICIPAL DE
ÍLHAVO - 1º SEMESTRE DE 2015. -----**

Presente o documento supra, s/data, elaborado pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese, se sugere a aceitação das várias doações referenciadas em título, cuja listagem se encontra anexa à presente informação, e que da mesma faz parte integrante. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aceitar a presente listagem de doações. -----

**AUTOS DE ELIMINAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2015 - BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE ÍLHAVO. -----**

Presente a informação supra, datada de 13.julho.2015, elaborada pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a devida autorização para se proceder ao abate de alguns documentos do espólio da Biblioteca Municipal (por se encontrarem já em más condições) que se encontram referenciados na listagem anexa ao presente documento, e que do mesmo faz parte integrante. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

13.julho.2015”. -----

15-07-2015

Em minuta, foi deliberado por unanimidade autorizar o abate dos bens constantes da presente listagem. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

ABASTECIMENTO. -----

ATA DA HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DE OITO (8) ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES NO JARDIM OUDINOT – FESTIVAL DO BACALHAU 2015 – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA. -----

Presente a Ata da Hasta Pública referenciada em título, datada de 09.junho.2015, elaborada pelo respetivo júri do procedimento, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se encontram discriminados os candidatos a quem foram atribuídos provisoriamente os espaços postos a concurso por Hasta Pública, bem como as condições relativas à atribuição dos mesmos para efeitos de aprovação e consequente adjudicação definitiva. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes 6 (seis) Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

01 - Da Empreitada “Requalificação e Ampliação do Museu da Vista Alegre” – 13ª Situação Contratual, no valor de €189.383,76 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e três euros e setenta e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Costeira – Engenharia e Construção, SA. -----

02 - Da Empreitada “Redes de Drenagem de Águas Pluviais da Rua de Alqueidão, Rua Frederico Cerveira e Av. Manuel da Maia - Ílhavo” – 7ª Situação Contratual, no valor de €10.288,89 (dez mil, duzentos e oitenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: DST – Domingos da Silva Teixeira, SA. -----

03 - Da Empreitada “Requalificação do Mercado da Barra” – 4ª Situação Contratual, no valor de €40.796,87 (quarenta mil, setecentos e noventa e seis euros e oitenta e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: José António Parente, Lda. -----

04 - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Abertura, Retificação e Pavimentação de Arruamentos, Estacionamentos e Passeios no Concelho 2015” – 2ª Situação Contratual, no valor de €73.799,90 (setenta e três mil, setecentos e noventa e

15-07-2015

nove euros e noventa cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

05 - Da Empreitada “Arranjos Urbanísticos no Município – Senhora dos Campos” – 2ª Situação Contratual, no valor de €- 18.494,86 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e oitenta e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

06 - Da Empreitada “Reabilitação do Teatro da Vista Alegre” – 9ª Situação Contratual, no valor de €69.312,47 (sessenta e nove mil, trezentos e doze euros e quarenta e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Teixeira, Pinto & Soares, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes 6 (seis) autos e proceder ao pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 16.10 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Vice - Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----